

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 18 • 2018

LÉONARD, Yves – *Histoire du Portugal contemporain: de 1890 à nos jours*. Paris: Éditions Chandeigne, 2016. 287 p. ISBN: 978-2-915540-86-4.

Pierre Marie

Existem atualmente escassos estudos sobre a História Contemporânea de Portugal em língua francesa, quer de obras traduzidas, quer de obras originais. Apesar dos laços importantes existentes entre Portugal e França, o estudo da História portuguesa continua limitada nas universidades francesas. A publicação de *Histoire du Portugal contemporain: de 1890 à nos jours* de Yves Léonard em 2016 veio preencher esta lacuna. Professor em Sciences Po Paris, antigo bolseiro do Instituto Camões e da Fundação Calouste Gulbenkian, Yves Léonard é autor e coautor de vários estudos sobre Portugal onde se destacam *Le Portugal, vingt ans après la Révolution des oeilletts* (1994), *Salazarisme et fascisme* (1996) e *De la dictature à la démocratie: voies ibériques* (2003), coordenado com Anne Dulphy.

Além dos trabalhos de Yves Léonard, nomeadamente na investigação conduzida acerca da natureza do regime salazarista, podemos salientar o trabalho de Victor Pereira sobre a emigração portuguesa durante o período de Estado Novo, *La dictature de Salazar face à l'émigration: L'État portugais et ses migrants en France (1957-1974)* (2012). À escassez de estudos especializados junta-se a quase inexistência de sínteses históricas, além da obra de Albert-Alain Bourdon, *Histoire du Portugal*, primeiro editada em 1977 e com várias reedições desde então. A obra de Yves Léonard constitui uma síntese de primeiro plano para perceber o século xx português, da queda da monarquia até à história do tempo presente, respondendo à observação do autor de que “a história

contemporânea de Portugal permanece desconhecida em França, apesar de se tratar de um país europeu vizinho, que tornou-se um dos destinos turísticos favoritos dos franceses, um país amigo cuja França acolheu várias centenas de milhares de cidadãos” (p. 11).

A obra organiza-se em dez capítulos, que seguem uma lógica cronológica e temática. Trata-se sobretudo de uma História política, mas completada pelo autor com elementos da História cultural e social. O Ultimato britânico de 1890 abre esta síntese e permite perceber melhor o crescimento das ideias republicanas e como este evento descreditou de forma definitiva a monarquia portuguesa. Uma das especificidades da obra é o de iniciar o princípio do século xx português em 1890, o que permite destacar os movimentos republicanos e a ligação com o patriotismo. O capítulo seguinte é dedicado à implantação da República, ao progresso social que o novo regime político permitiu, e também às dificuldades endémicas que marcaram o período. A precocidade da República portuguesa é reafirmada, numa época em que só podia contar com exemplos na Suíça e na Terceira República Francesa no continente europeu. Yves Léonard explica com muita eficácia as divisões crescentes no seio dos movimentos republicanos e a oposição dos meios monárquicos e católicos.

Os quatro capítulos que se seguem tratam da ascensão ao poder de António de Oliveira Salazar e retratam os grandes períodos do *Estado Novo*. A instabilidade política da época é quebrada com a nomeação de Salazar no cargo de Ministro das Finanças em abril de 1928, primeiro passo para a constituição do *Estado Novo* em 1933. A habilidade política de Salazar permitiu congregar diversos movimentos da extrema direita portuguesa, impondo-

-se como único chefe do novo regime, com o apoio da hierarquia militar. Yves Léonard retoma debates mais recentes sobre a natureza do regime salazarista entre fascismo e autoritarismo. Apesar de componentes de natureza fascista que se mantiveram (polícia política, organização dos trabalhadores e das juventudes, censura e repressão dos movimentos sociais), o regime soube manter ligações privilegiadas com o aliado britânico e aproveitar o contexto de anticomunismo da Guerra Fria.

Yves Léonard, no seguimento de outros historiadores, aponta o ano de 1961 como o início da queda do regime salazarista. O assalto ao paquete Santa Maria e o desenvolvimento de uma oposição no rescaldo da campanha presidencial do General Humberto Delgado e das críticas de António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, fragilizaram o regime. Em dezembro de 1961, a invasão dos territórios portugueses na Índia pelo Exército de Nehru marcou o início das descolonização forçada das colónias portuguesas. Os conflitos coloniais em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau marcaram a década e constituíram um verdadeiro “detonador colonial” para o regime (p. 171). As crises estudantis de 1962 e 1969 constituíram uma nova frente de contestação para um regime obrigado a pensar o seu futuro com a retirada de António de Oliveira Salazar, substituído em 1968 por Marcello Caetano.

A Revolução de 25 de abril e o processo revolucionário que se seguiu até 1976 são estudados no capítulo seguinte. As operações militares, bem como os múltiplos momentos políticos são apresentados de maneira clara e sintética. O Yves Léonard apresenta as consequências do processo revolucionário português para a esquerda francesa, com numerosas “peregrinações” de figuras de destaque (Jean-Paul Sartre,

François Mitterrand, Daniel Cohn-Bendit ou ainda Pierre Mendès-France) ao Portugal revolucionário. As tensões deste período são também apresentadas. O regresso a uma ordem constitucional em 1976 abriu caminho para a integração europeia concluída em janeiro de 1986.

A transição para uma “democracia europeia” foi possível com as revisões constitucionais de 1982 e 1989, que extinguiram o Conselho da Revolução e abriram lugar à privatização dos setores nacionalizados após o 11 de março de 1975. Dez anos de reformas foram concluídos com a assinatura do Tratado de Adesão à Comunidade Económica Europeia em 12 de junho de 1985. Yves Léonard analisa o fortalecimento da democracia representativa parlamentar em Portugal e a entrada no país de fundos estruturais, fator de modernização. Esta fase de crescimento tem o seu ponto alto, segundo o autor, com a Exposição Universal de Lisboa de 1998.

Com o último capítulo, entramos na História do tempo presente com a crise da dívida pública, as medidas de austeridade financeira e o atual governo de António Costa. A democracia portuguesa oriunda da Revolução de 1974 caracteriza-se hoje por altas taxas de abstenção nas eleições, constringendo com a mobilização das populações durante o processo revolucionário. Novos movimentos sociais apareceram com o processo de reformas estruturais conduzido pela “troika” (Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Europeu). O estudo encerra-se com o novo momento político aberto pelo governo liderado por António Costa, com o apoio parlamentar do Bloco da Esquerda, do Partido Comunista Português e do Partido Ecologista – Os Verdes e a presidência de Marcelo Rebelo de Sousa.

Além do seu conteúdo histórico e da sua clareza, esta obra constitui uma

verdadeira defesa para o estudo da história portuguesa. Yves Léonard defende que “este século xx português merece mais do que estar reduzido a uma reserva de exemplos anexos no âmbito de investigações comparativas” e deve ser considerado como “um verdadeiro objeto de estudos e de investigações, autónomo e de uma grande fertilidade, teatro de uma história singular” (p. 12). Nesta História de Portugal contemporâneo, destaca-se as reivindicações democráticas, em tensão constante com correntes autoritárias (a Monarquia, o Sidonismo, o Estado Novo e os movimentos bombistas de extrema direita durante o processo revolucionário).

O Exército aparece também como um ator político central até 1982, data da extinção do Conselho da Revolução.

O livro integra igualmente os mais recentes desenvolvimentos da historiografia em Portugal e apresenta um rico espólio de fotografias, mapas e tabelas. A cronologia completa que figura no final da obra acrescenta valor ao estudo. Esta *Histoire du Portugal contemporain* representa um contributo valioso para o conhecimento histórico e servirá com certeza de base a investigações futuras. O obra de Yves Léonard constitui também um desafio para um melhor conhecimento da História portuguesa e da sua valorização como uma história própria e não de segundo plano.